



O campo quer paz



Volume 1

**A Reforma Agrária
é o caminho**

Apresentação

Esta cartilha abre uma nova etapa nas atividades do Governo Paralelo. Rompendo o cerco que a grande imprensa tenta impor aos projetos alternativos de governo que gradualmente apresentamos à sociedade brasileira, passamos a divulgá-los em linguagem popular para que os milhares de cidadãos tomem consciência de seus conteúdos.

Quando foi lançado em Brasília, em abril de 1991, o **PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA**, que esta cartilha resume, representava ao mesmo tempo uma vitória e um desafio. A vitória era o fato de reunirmos o apoio das organizações mais representativas dos trabalhadores rurais, do movimento sindical urbano e de todas as entidades que, de uma forma ou outra, atuam nesse campo: CUT, CONTAG, Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, associações de técnicos agrícolas etc.

O desafio era saber que o Plano jamais se tornaria realidade sem uma ampla mobilização nacional, espalhada por todas as áreas rurais e urbanas do País. E para falar com clareza: a Reforma Agrária só se tornará realidade quando as forças democráticas e populares do Brasil conquistarem um outro tipo de governo, radicalmente oposto ao que representa o esquema conservador e elitista do atual presidente da República.

A coleção inaugurada por esta cartilha é parte de nossa contribuição para estimular essa mobilização. Não deve existir nenhum tipo de dúvida quanto à precisão e viabilidade técnica das metas propostas neste **PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA**, que foi elaborado sob a coordenação do companheiro José Gomes da Silva. É preciso transformá-lo num projeto de iniciativa popular que recolha milhões de assinaturas, fazendo com que a luta passe desde já pelo Congresso Nacional.

Precisamos transformar a Reforma Agrária numa bandeira de luta sustentada por todos os setores vivos de nossa sociedade. Além dos trabalhadores rurais, sairão ganhando com a Reforma Agrária os trabalhadores da cidade, os estudantes, as donas de casa, os empresários honestos. Enfim, todos os brasileiros que estejam realmente interessados na construção de uma sociedade democrática e justa.

Luiz Inácio Lula da Silva

CRIAÇÃO E EDIÇÃO
VBC Vídeo e Texto Ltda

EDITORES
João de Barros
Oswaldo L. Vitta
Sérgio Pinto de Almeida
PREPARAÇÃO DE TEXTO E REVISÃO
Carlos Silveira

ARTE E PRODUÇÃO
Cor e Forma Stúdio de Artes Gráficas

DIRETOR DE ARTE
Milton Rodrigues Alves

PRODUÇÃO GRÁFICA
Antonio Amaral Rocha
Talles Rodrigues Alves (assistente)

ILUSTRAÇÕES
Amilton Ishikawa

CAPA
Foto de Olívio Lamas

COLABORADORES
Augusto Campos
Hamilton Pereira
Paulo Vannuchi
Rogério Sottili
Lauro Mattei
Movimento dos Sem Terra



Sumário

CAPÍTULO 1 EM CAMPO A REFORMA AGRÁRIA	4
<i>O país não suporta mais a concentração de terra nem a miséria de milhões de brasileiros.</i>	
CAPÍTULO 2 DO POVO, PELO POVO E PARA O POVO	12
<i>Uma Reforma Agrária popular democratiza o campo e desafoga as cidades.</i>	
CAPÍTULO 3 A REVOLUÇÃO DA REFORMA	15
<i>O fim do latifúndio aumenta a produção agrícola. Mas nas pequenas e médias propriedades ninguém mexe.</i>	
CAPÍTULO 4 UMA SOLUÇÃO BARATA	17
<i>A relação custo-benefício mostra que a Reforma Agrária é um grande negócio.</i>	
CAPÍTULO 5 A FORMA DA REFORMA	20
<i>Para cada realidade regional, um tipo de assentamento.</i>	
CAPÍTULO 6 QUANDO A POLÍTICA NÃO É UMA PRAGA	24
<i>As medidas simples e práticas que garantem a Reforma.</i>	
CAPÍTULO 7 O FIM DAS ERVAS DANINHAS	26
<i>As ferramentas necessárias para acabar com a mamata no campo.</i>	
CAPÍTULO 8 IRRIGAÇÃO: SÓ FALTA FAZER CHOVER	28
<i>Nem indústria da seca nem água para poucos: o que vale é o direito do povo.</i>	
CAPÍTULO 9 SE É URGENTE, É PRA JÁ!	30
<i>Os primeiros passos da Reforma Agrária: as ações imediatas e indispensáveis para o Plano dar certo.</i>	

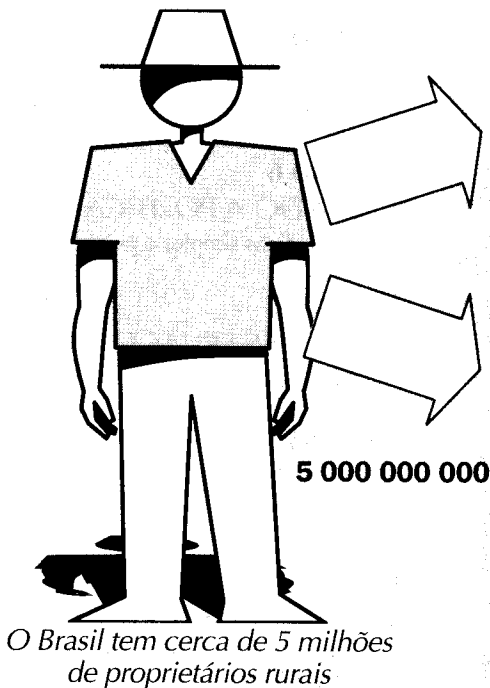
EM CAMPO A Reforma Agrária

Numa coisa todos concordam: a Reforma Agrária é a necessidade número um do campo no Brasil. Seja quem for, da direita, da esquerda; do Norte, do Sul; da cidade ou da roça, ninguém é maluco de dizer que o País não precisa de Reforma Agrária, que a agricultura vai bem, obrigado.

A discussão que existe na sociedade brasileira é outra, é sobre de que jeito devem ser divididos os milhões e milhões de alqueires de terra que não produzem nada. É aí que a roda pega.

Todos os governos, do golpe militar de 64 para cá, têm rezado pela mesma cartilha, a cartilha conservadora que mostra simpatia pela Reforma Agrária no dis-

Um bolo muito mal dividido



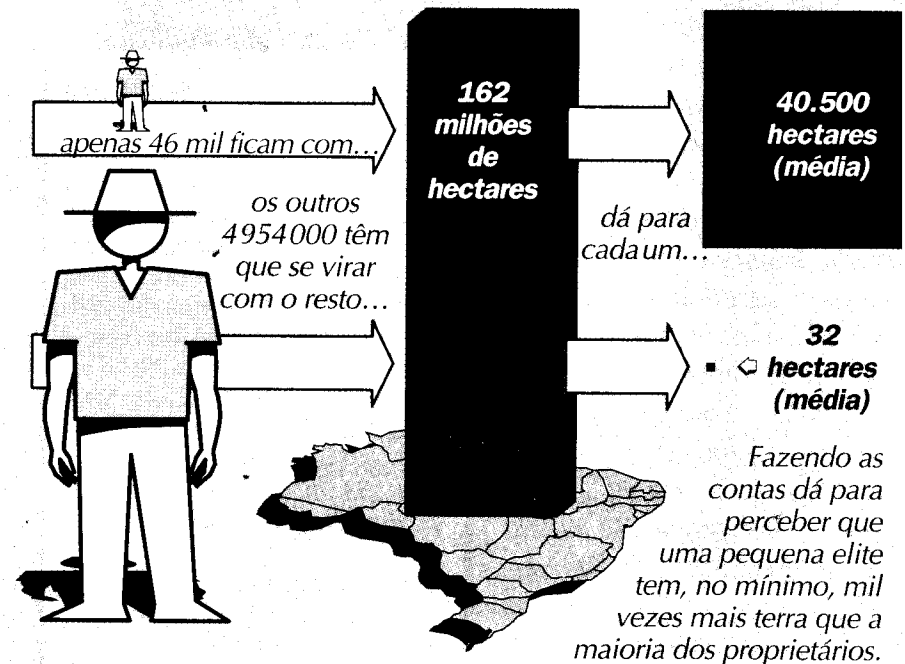
curso, mas na prática não faz nada e só favorece os latifundiários. Basta ver os números: hoje, dos 5 milhões de proprietários rurais, apenas 46 mil são donos de 162 milhões de hectares – praticamente a metade das terras agricultáveis do Brasil. Somente os 20 maiores proprietários rurais têm, juntos, exatos 20 milhões, 219 mil e 412 hectares – 5% das terras agricultáveis –, o equivalente à mesma quantidade de terra que os 3 milhões e 300 mil pequenos agricul-

tores têm somados. É o primeiro caso na matemática em que 20 é igual a 3 300 000!

Muitos países do mundo já enfrentaram esse problema que o Brasil vive há tantos anos. Cada um à sua maneira.

Na Itália foi de um jeito, no Japão de outro, na China, de outro, no México, de outro. E todos os países que promoveram a Reforma Agrária saíram ganhando – uns mais, outros menos, massaíram ganhando.

Terras boas para agricultura



Tristeza: os brasileiros ainda morrem na guerra das terras

O Brasil, no entanto, vai empurrando a questão com a barriga. O general Castelo Branco assinou o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação de terras improdutivas para a Reforma Agrária. Mas na hora do vamos-ver, do bota-praquebrar, ele simplesmente decidiu que tinha de cobrar mais impostos daqueles que tinham grandes propriedades rurais. E, claro, não cobrou. Costa e Silva fez igualzinho. Médici deixou ao deus-dará, em plena selva, milhares de trabalhadores rurais que acreditaram nos projetos grandiosos do presidente, como a Transamazônica.

Geisel e, depois, Figueiredo titularam algumas terras que já estavam ocupadas por posseiros e... nada mais.

Sarney andou desapropriando algumas áreas de conflito, onde jagunços e fazendeiros impunham a própria lei à bala e, mesmo assim, o saldo de seu governo foi de 488 trabalhadores e líderes rurais assassinados no campo, entre os quais Chico Mendes, (Xapuri, AC), Expedito Ribeiro (Rio Maria, PA), Nativo da Natividade (Carmo do Rio Verde, GO), Margarida Alves (Alagoa Grande, PB), Roseli Nunes (Fazenda Anoni, RS) e tantos outros.



Margarida Alves



Chico Mendes

Você sabia?

Que no Brasil existem 81.818.014 hectares totalmente ociosos?



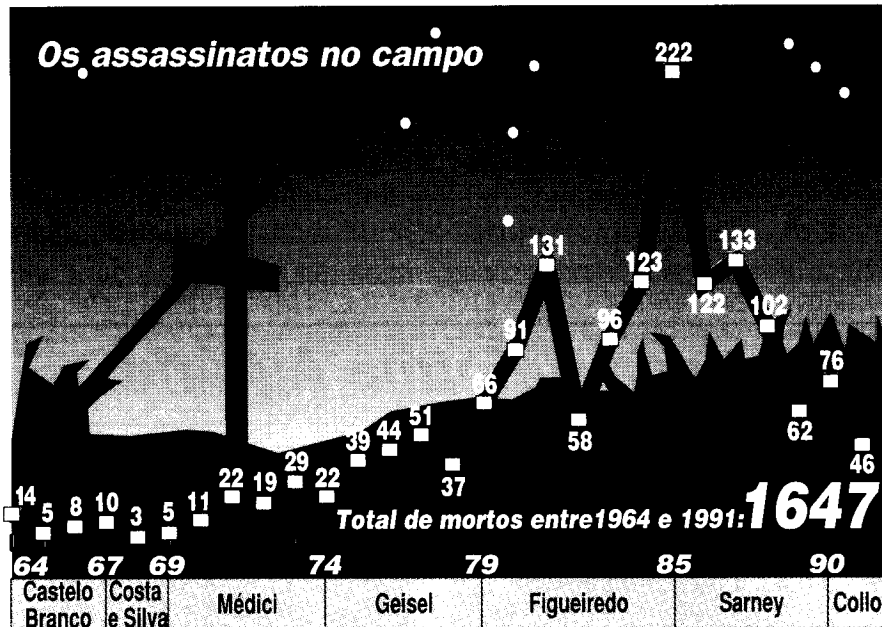
Que a distribuição de renda no campo em 1970, destinava 22,4% para os 50% mais pobres, enquanto que 1% mais rico abocanhava 10,5% de toda a riqueza produzida. E que essa diferença aumentou em 1980: 1% ficou com 29,3% da riqueza, enquanto que para os 50% mais pobres restou apenas 14,9%?



Que 53 milhões de brasileiros passam fome no Brasil?



Que 23% das casas da zona rural não têm nenhum sistema de abastecimento de água?



Roseli Nunes



Expedito Ribeiro



Foto: Carlos Carvalho/Angular

É duro, mas que dá para reformar, temos certeza que dá!

A Reforma Agrária não se resume a assentamentos isolados aqui e acolá nem a ações do tipo vamos-retalhar-o-Brasil, dar um pedacinho de terra pra quem não tem e pronto, que se vire.

Uma verdadeira Reforma Agrária mexe com grandes espa-

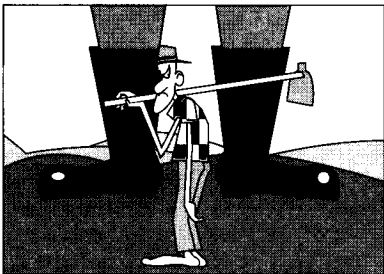
ços, com municípios e Estados inteiros, com o País todo, para permitir a instalação, por exemplo, de sistemas de irrigação, armazéns, silos, agroindústrias, cooperativas, escolas, creches, hospitais etc. Porque não adianta nada dar terra e não dar condi-

ções para quem vive e trabalha nela. É por isso que a Reforma Agrária tem de ser ampla, geral e, sobretudo, participativa. Pra não ter retrocesso. Pra não ter passo pra trás. Sua conquista exige a união de todos – na cidade e no campo – que acreditam na de-

mocracia e numa sociedade mais justa.

Uma Reforma Agrária grande assim, num país grande assim como o nosso, não acaba apenas com uma injustiça histórica – acaba também com muita maldade. Veja só:

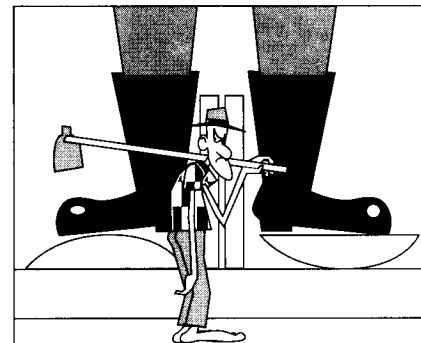
A nossa Reforma Agrária



★ **Acaba com o monopólio da terra.**

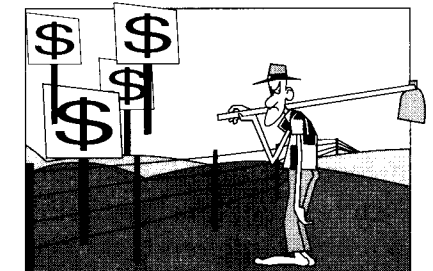


★ **Acaba com a especulação do preço da terra e com a moleza de muitas empresas, que compram vastas áreas a preço de banana, não produzem nada e ficam só esperando a valorização da terra.**



★ **Acaba com o poder de pressão que os fazendeiros têm sobre o governo; o Brasil deixa de servir os usineiros, pecuaristas, latifundiários e especuladores nacionais e estrangeiros.**

★ **Acaba com a compra pelo governo de terras a preço de mercado, o que ajuda apenas a encarecer essas terras.**



★ **Acaba com desapropriações isoladas e com indenizações caríssimas (como aconteceu no governo Sarney).**



★ **Acaba com o coronelismo e com a submissão de autoridades locais (prefeitos, vereadores, delegados etc) em relação aos grandes proprietários.**

Na ponta da língua

Reforma Agrária – revisão da estrutura agrária de um país com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola.

★

Imissão de posse – dar título de propriedade da terra aos colonos assentados.

Você sabia?

Que as empresas estrangeiras possuem 36 milhões de ha de terra, que representam 9,7% das terras do país, ou seja, praticamente o dobro da terra dos pequenos camponeses?

★

Que em 39 países que fizeram a Reforma Agrária foram redistribuídos cerca de 43 milhões de ha

beneficiando mais de 9 milhões de famílias. E que entre esses países estão a Itália, o Japão, os EUA, a Coreia do Sul, Formosa, México, Hungria e a Espanha?

★

Que em 9 desses países houve um aumento de 81% na produção agrícola e 69% na produtividade?

Transformar camponeses em verdadeiros cidadãos

O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Paralelo não tapeia ninguém. É muito claro, transparente. Considera que a configuração do nosso espaço fundiário, ou seja, a existência de latifúndios às vezes maiores do que muitos países, mostrará o estágio do capitalismo em que vivemos. Por isso, quer beneficiar os 10 milhões de pobres que vivem da agricultura – 69% deles no Nordeste –, o que não significa que deseja acabar com os pequenos e médios agricultores.

Ao acabar com o monopólio da terra, com essa história de uns com tanto e a maioria sem nada, a Reforma Agrária possibilita oportunidade de renda a quem sempre foi explorado, melhora a condição de vida de milhões de pessoas e contribui para que os camponeses sejam cidadãos de verdade – com direitos plenos e responsabilidades. E não é só isso, não. Quem vive nas cidades também ganha, e muito. Sim, porque, se o homem que vive na terra continua na terra, não haverá tanta gente nas cidades disputando um mesmo emprego, a mesma vaga na escola, a mesma condução. E se menos pessoas



disputam um mesmo emprego, por exemplo, o salário sobe. Além disso, vai haver menos gente vindo para as cidades, menos gente vai usar os serviços públicos urbanos, como hospitais, postos de saúde, acabando com as filas e melhorando o atendimento.

O simples fato de fixar o homem à terra, diminuindo o êxodo rural, é suficiente para breçar

a violência nos grandes centros, melhorar as condições de vida de quem mora nas periferias.

O reflexo dessa política de Reforma Agrária é tão grande que vai dar até pra sentir nos ônibus que os trabalhadores urbanos pegam, porque eles vão poder deixar de viajar feito sardinha em lata.

Trata-se, portanto, de um passo indispensável e inadiável na

Expulso do campo e marginalizado nas cidades, o trabalhador rural vive perseguido: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

Você sabia?

Que a Jari Agropecuária é o maior latifúndio do País. Ela tem três milhões de hectares no Pará, área equivalente a todo o Estado de Alagoas?



Que 1% dos latifundiários são donos de quase metade de todas as terras agricultáveis do Brasil?



Que cinco milhões de trabalhadores rurais não têm carteira assinada?



Que das pessoas que vivem no meio rural com mais de cinco anos de idade, mais da metade não sabe ler nem escrever?

Foto: J. A. M. S. / A. M. S.

busca de um desenvolvimento justo e humano, rompendo com a realidade miserável com que o País convive há tanto tempo.

A implantação desse modelo de Reforma Agrária exige a eleição de vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governadores progressistas. E só será possível num autêntico Governo Democrático Popular.

REFORMA AGRÁRIA

Do povo, pelo povo e para o povo

O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Paralelo não nasceu da cartola de um mágico nem de um gênio da lâmpada, parecido com Aladim. Ele é resultado da discussão, do debate e da contribuição de importantes organizações da classe trabalhadora, como seus movimentos, associações, sindicatos, federações, confederações etc. E atende a seus interesses imediatos e históricos para resolver os graves problemas do campo no Brasil e boa parte das

angústias de que as populações das grandes cidades sofrem.

Segundo dados de 1985 do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA, a população rural brasileira está em torno de 8 milhões de famílias – 40 milhões de pessoas –, das quais 5 milhões de famílias sem terra ou com terra insuficiente para dela viver. São, portanto, 25 milhões de brasilei-

ros jogados à própria sorte, vítimas da ganância e da estupidez do modelo atual. Gente que na grande maioria não ganha sequer um salário mínimo por mês.

O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Paralelo propõe mudar de vez com esse quadro. Propõe beneficiar, em 15 anos, 3 milhões dessas famílias mais pobres – pelo menos 15 milhões de brasileiros. Um milhão de famílias a cada cinco anos, isto é, 200 mil famílias por ano!

Mais do que aumentar em 3 milhões de famílias o número de novos proprietários rurais, a Reforma Agrária transforma minifundiários, precaristas (com posse a título precário) e trabalhadores volantes (bóias-frias) em agricultores socialmente amparados, economicamente estáveis e politicamente independentes.

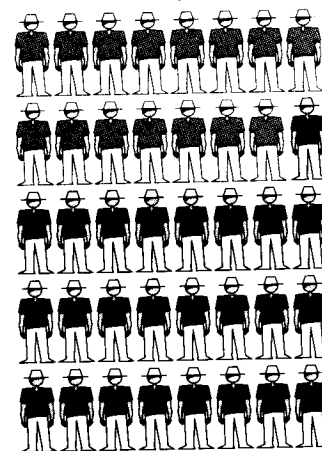
Mas distribuir terra a 3 milhões de famílias em 15 anos não é tão simples assim. Exige uma política séria, que vá além da distribuição de grandes áreas territoriais. Se não, não dá em nada. Por isso, acompanhe tintim por tintim quais são os nossos objetivos no Plano Nacional de Reforma Agrária.

Como é e como pode ficar

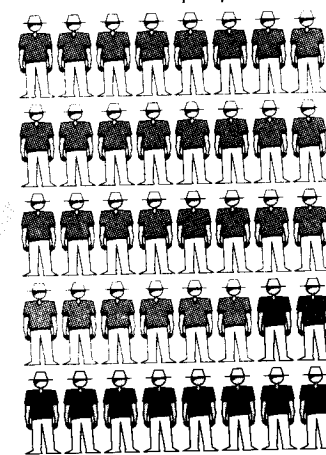
Situação atual e futura dos 40 milhões de habitantes rurais



Hoje a população rural está dividida deste jeito



Em 15 anos a maioria poderá ter sua própria terra



Plano Nacional de Reforma Agrária

Nossos planos imediatos

- ★ Democratizar a posse da terra, com o assentamento de 3 milhões de famílias em 15 anos;
- ★ Oferecer a essas famílias melhores condições de educação, moradia, saúde, justiça, previdência social etc;
- ★ Eliminar a violência no campo, ocasionada pela disputa da posse e do uso da terra;
- ★ Dar emprego aos agricultores que não conseguem trabalho na indústria ou no setor de serviços;
- ★ Conter a devastação da natureza, proporcionando a prática de uma agricultura não-predatória aos posseiros das áreas pioneiras;
- ★ Garantir condições econômicas, políticas e sociais para que os sem-terras e o agricultor com pouca terra possam exercer seus direitos de cidadão;
- ★ Diminuir o êxodo rural e as migrações para as cidades com o assentamento de trabalhadores rurais em áreas desapropriadas. Assim, haverá menos mão-de-obra barata nas cidades, maior oferta de empregos e melhoria dos serviços públicos urbanos;
- ★ Organizar assentamentos extrativistas para que os moradores da floresta possam sobreviver às pressões de madeireiros, pecuaristas, mineradoras, garimpeiros e latifundiários;
- ★ Implantar novas formas de organização da pequena agricultura nos assentamentos, minifúndios e imóveis rurais autônomos;
- ★ Conter a pressão sobre as reservas indígenas, evitando a destruição física e cultural desses povos.

Na ponta da língua

Latifúndio – grande propriedade rural, típica dos países subdesenvolvidos, que utiliza mão-de-obra não especializada, mediante salários baixos.

Assentamento – ato de dar posse à terra aos trabalhadores rurais em áreas desapropriadas para fim de Reforma Agrária, garantindo-lhes condições dignas de sobrevivência.

CAPÍTULO 3

A REVOLUÇÃO DA Reforma

Os inimigos da Reforma Agrária, aqueles tubarões que não querem saber de justiça no campo, usam de tudo para impedir que ela aconteça – da violência à mentira grossa e deslavada. Uma das mentiras que eles espalham é a de que os pequenos e médios proprietários rurais, os que suam a camisa para alimentar a população sem nenhum apoio do governo, vão perder suas propriedades. Não é nada disso. O Governo Paralelo faz questão de deixar bem claro que isso é pura intriga – e das grossas – dos adversários. Pequenos e médios proprietários rurais podem ficar tranquilos: o que é

deles é deles, ninguém mexe. E mais: os pequenos e médios proprietários rurais vão receber a maior força, através da Política Agrícola proposta pelo nosso governo (veja a Cartilha Política Agrícola).

Agora, os grandões, os latifundiários, que são menos de 2% (isso mesmo, menos de dois por cento) de todos os proprietários rurais do País, que não produzem nada, esses sim: vão ter seus imóveis **desapropriados**. Sem choro nem vela.

Acontece que essa minoria, que mal consegue lotar o auditório do Silvío Santos, tem terra, dinheiro e poder. Quem já não ouviu falar

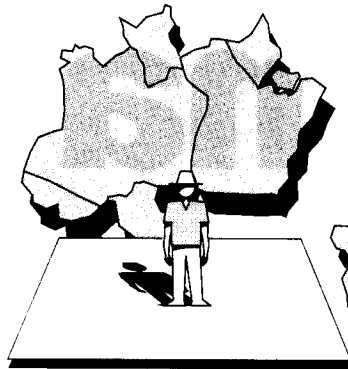


Foto: Karim-Elvira/Un

Pequenos e médios produtores: o que é deles, é deles.

Corte o "papo de coronel"

Áreas que NÃO serão desapropriadas



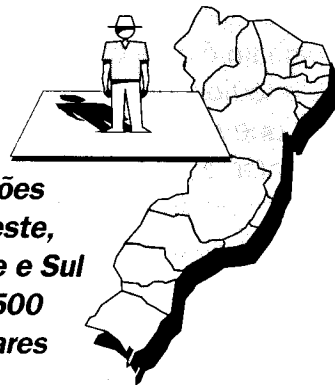
Região Norte até 1500



Região Centro-Oeste até 1000 hectares

Aqui estão os limites das áreas que não devem ser desapropriadas, conforme projeto de lei apresentado pelos deputados do PT em Brasília e de acordo com o que diz o artigo 185 da Constituição.

dos Maltas, em Alagoas; dos Maias, no Rio Grande do Norte, e de tantos e tantos "coronéis" espalhados pelo Brasil afora? Então, essa história de dizer que a Reforma Agrária vai sair por aí tomando a terra de todo mundo é um baita papo furado. Os "coronéis", espertinhos, ficam espalhando essa conversa mole pra botar medo nos pequenos e médios proprietários e, assim, defender os milhões de alqueires que eles, "coronéis", têm.



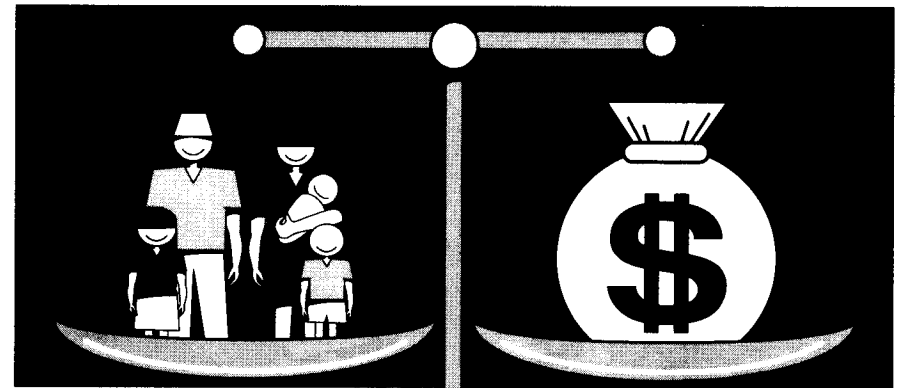
Regiões Nordeste, Sudeste e Sul até 500 hectares

Art. 185 da Constituição

São insuscetíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária:
I) A pequena e média propriedade rural, assim definida em Lei, desde que seu proprietário não possua outra;
II) A Propriedade Produtiva
Parágrafo Único – A Lei garantirá tratamento especial à Propriedade Produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social.

CAPÍTULO 4

UMA SOLUÇÃO Barata



Muitos e muitos cálculos são feitos pra saber quanto custa assentar uma família num projeto de Reforma Agrária. Os estudiosos do assunto chegaram à conclusão de que o preço varia entre 4.300 e 7 mil dólares, dependendo do local, do número de famílias que serão beneficiadas etc, etc.

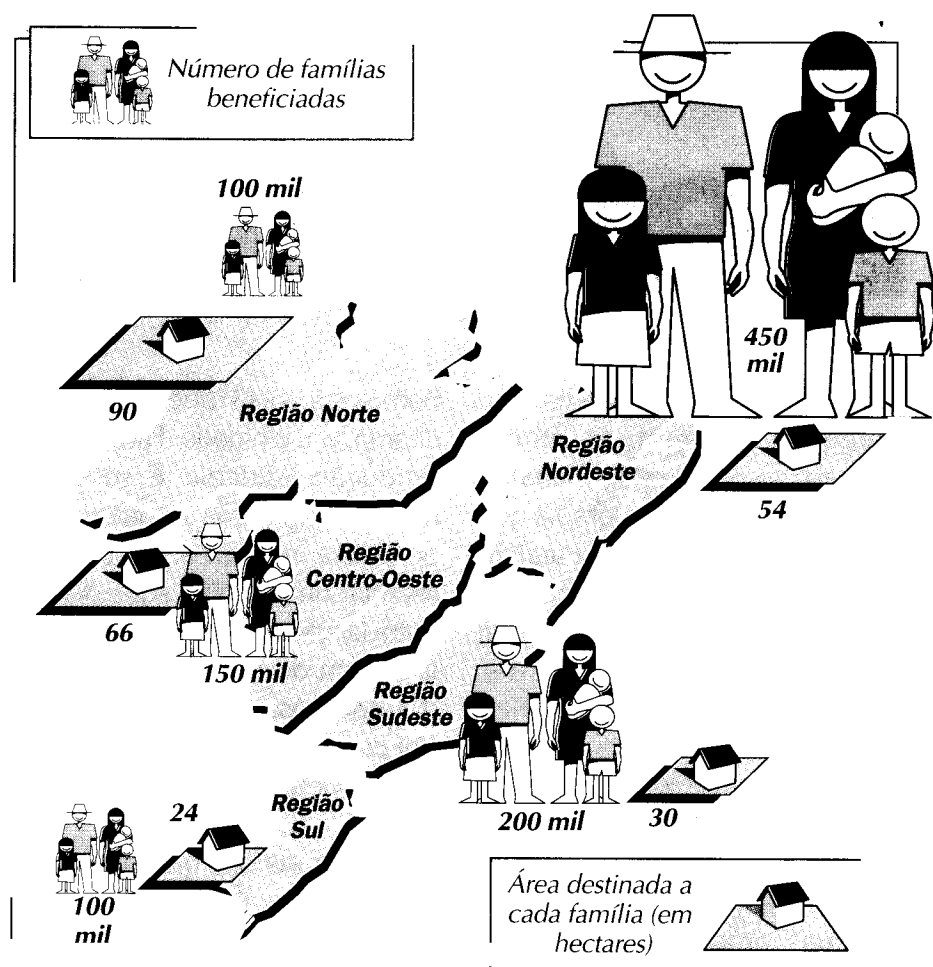
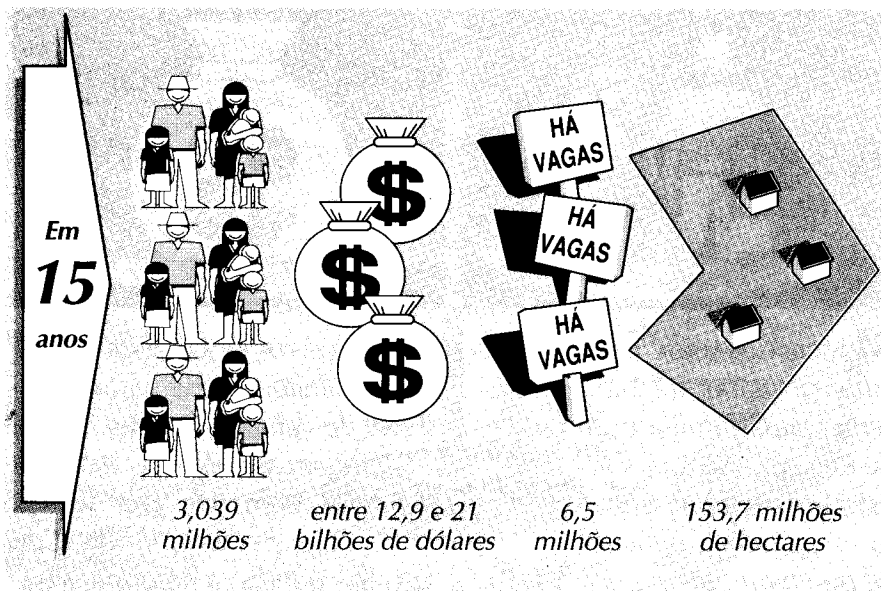
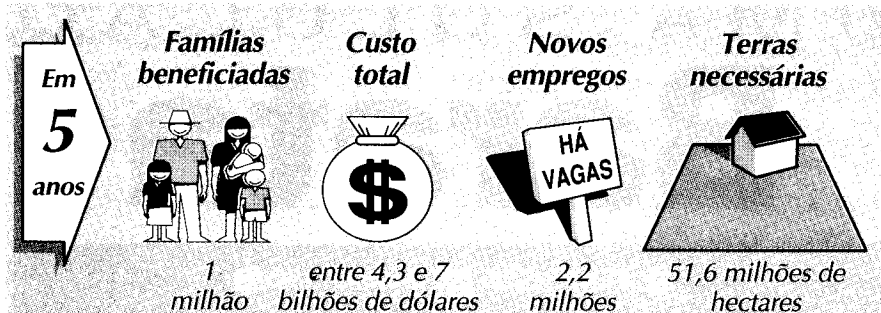
O nosso projeto prevê beneficiar 1 milhão de famílias ao longo dos primeiros cinco anos e 3 milhões de famílias no período de 15 anos. Vamos dizer que o assentamento de cada família custe 7 mil dólares. Nesse caso,

nos primeiros cinco anos o Estado brasileiro terá de gastar 7 bilhões de dólares, apenas 5% da nossa dívida externa. Além de fazer justiça logo de cara a 1 milhão de

famílias pobres, a Reforma Agrária vai criar pelo menos 2 milhões e 200 mil empregos no campo, democratizando no primeiro momento 52 milhões de hectares – algo como a área dos Estados de Alagoas e Sergipe.

Para entender e analisar melhor esses números, basta olhar os quadros. A Reforma Agrária é ou não é uma questão de justiça?

O Plano Nacional de Reforma Agrária, tintim por tintim



Você sabia?

Que existe no sertão nordestino uma nova geração de homens, os gabirus, que não crescem além de um metro e meio por causa da insuficiência alimentar?



Que segundo a Organização das Nações Unidas – ONU – o Brasil é o

terceiro País que mais concentra renda, ficando atrás apenas de Honduras e Serra Leoa?



Que, nada mais nada menos, 92,5% das casas do meio rural não possuem fossa séptica e não estão ligadas a rede de esgoto?

Na ponta da língua

Hectare (ha) – medida agrária equivalente a 10 mil metros quadrados:
 1 alqueire mineiro – 48.400 m² = 4,84 ha
 1 alqueire do Norte – 27.255 m² = 2,72 ha
 1 alqueire paulista – 24.200 m² = 2,42 ha

Insuscetível – aquilo que não pode sofrer modificações (palavra citada no art. 185 da Constituição).



Irrigação – rega artificial das terras por meio de canais, canos etc, convenientemente distribuídos pelo terreno.

A FORMA DA Reforma

Muita gente agora deve estar se perguntando: bom, tá ótimo, perfeito, no papel está uma beleza, mas, e na prática, como é que é? Longe do Governo Paralelo impor modelos e limitações àquilo que desejam milhões de trabalhadores rurais do País. Afinal, os trabalhadores, e só eles, devem escolher de que forma vão querer viver nesses assentamentos. Mas, como diz o ditado, “quem avisa amigo é”: é bom ficar de olho bem aberto para algumas propostas que aparecem por aí, que falam de Reforma Agrária como se ela fosse a simples distribuição de lotes nos quais a família de um trabalhador vai viver sua vidinha tranqüila, num lugar distante, longe de tudo e de todos.

Essa idéia “romântica” só serve pra atrapalhar uma verdadeira Reforma Agrária. Porque, pense

bem, essa idéia que o governo chama de Unidade Familiar de Produção Agrícola é superdemorada, caríssima e quase não beneficia ninguém. Já pensou assentar uma família aqui, depois outra lá adiante, depois mais outra lá no fim do mundo? E a escola das crianças, o posto de saúde? Vai construir um pra cada família ou vai deixá-la sem nada? Não dá, né?

A proposta que o Governo Paralelo coloca pra discussão em todos os setores é muito mais ampla, democrática e justa, porque nasceu da discussão popular. É por isso que na nossa Reforma Agrária ninguém vai obrigar um lavrador do Piauí, por exemplo, a ir morar num pedaço de terra de Santa Catarina. Nem o contrário. A não ser que seja pela própria vontade da família que está sendo beneficiada. Dentro



A família e o campo: gerações de brasileiros lutando pela divisão da terra.

do possível, a Reforma Agrária deve acontecer nos limites geográficos do Estado ou do município e só em casos muito especiais deve ocorrer o deslocamento de famílias rurais de um canto para outro, assim mesmo – é bom repetir – desde que essas famílias concordem com a mudança.

Há muitas formas de assentar famílias nas áreas desapropriadas sempre se levando em conta as condições da terra e a vontade dos trabalhadores. Agora, acompanhe com atenção as várias formas propostas pelo nosso Plano Nacional de Reforma Agrária e, depois, entre na luta com a gente.

A receita é fácil. Então, mãos à obra!



que vivem nos níveis de miséria e pobreza. As agrovilas devem ser formadas por culturas de subsistência que possam ser cultivadas como trabalho e fonte de renda complementar. Algumas experiências de agrovilas que existem nas zonas canavieiras de São Paulo e do Nordeste podem servir de modelo inicial para esse tipo de assentamento, que tem sido de-

FAZENDAS ASSOCIATIVAS – As grandes fazendas, engenhos e estâncias que existem hoje com benfeitorias e funcionam com base na divisão de trabalho (enxadeiros, tratoristas, trabalhadores rurais especializados etc.) poderão ser desapropriadas em favor de seus próprios trabalhadores atuais e de alguns mais, se ela tiver capacidade pra isso. Nelas serão incentivadas as cooperativas e associações para melhor aproveitamento da terra, com o apoio a diversas formas de produção agrícola.

AGROVILAS – Para atender os trabalhadores rurais – principalmente os volantes – que trocaram o campo pela periferia das pequenas e médias cidades e são hoje incluídos entre as famílias



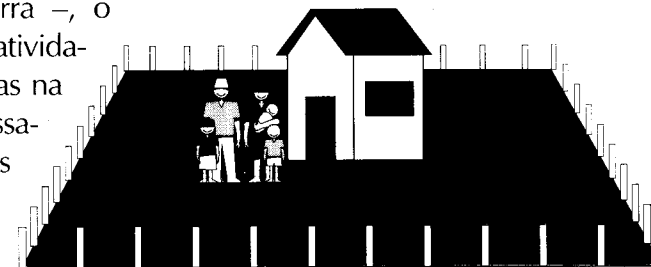
fendido por muitos economistas, de uns anos para cá.

FAZENDAS EXTRATIVISTAS – No papel elas já existem. Foram regulamentadas pelo Decreto 90.897, de janeiro de 90, para atender as regiões onde as matas nativas ainda dão condições de subsistência a seringueiros, castanheiros, ribeirinhos etc. Na prática, elas foram criadas pela própria gente da floresta e permitem a feliz combinação da ecologia e defesa da natureza com a



exploração dos recursos naturais, porque determinada área da mata é considerada de uso social. Aí, de forma comunitária – mas sem lotear a terra –, o pessoal trabalha nas atividades produtivas baseadas na utilização e no processamento dos produtos locais. Só isso, de alguma forma, já representa uma garantia para a manutenção das tradições e dos costumes da vida associativa e a defesa da mata contra a ação de grileiros, madeireiros, mineradoras etc.

FAZENDAS FAMILIARES – Indicadas para trabalhadores rurais acostumados pela herança cultural (à moda européia) à exploração individual de pequenas parcelas – ex-colonos do Sul, mineiros do Jequitinhonha, paulistas do Vale do Paraíba etc. A Reforma Agrária do Governo Paralelo prevê assentamentos criados dentro dessa tradição de autônomos com a exploração de sítios, colônias, unidades e “propriedades” familiares. Compendando essa tendência individualista e respeitando a vontade do assentado, será implantado um



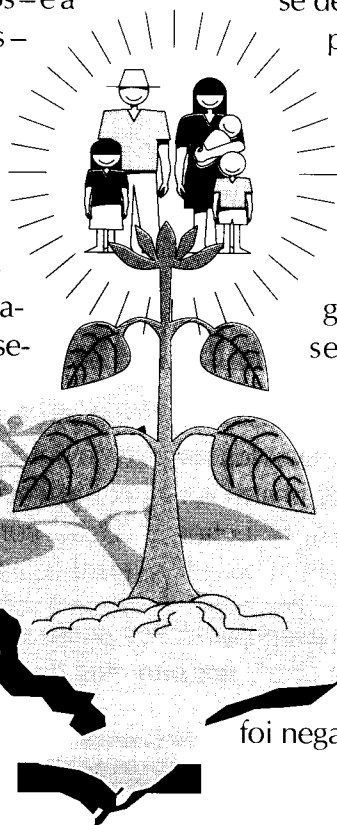
suporte cooperativo para permitir a introdução de máquinas e equipamentos pesados na produção como forma de dar mais eficiência a esses agricultores.

Todos os tipos de assentamentos serão efetivados sob a forma de “Concessão de Uso”, por períodos de 10 anos, como manda a Constituição.

QUANDO A POLÍTICA Não é uma PRAÇA

Distribuir terra a 1 milhão de famílias em cinco anos – e a 3 milhões em 15 anos – é como semear um vasto campo: até a colheita, é preciso muito trabalho, e trabalho duro.

No caso da Reforma Agrária o assentamento é apenas a se-



mente. É preciso que ela cresça e se desenvolva distante de pragas e de imprevistos. Por isso, o Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Paralelo prevê uma série de medidas para garantir que essa semente não deixe de germinar. E se baseia numa Política Agrícola, que dá a maior força àqueles que vão ter o que sempre lhes foi negado: a terra.

TERRAS PARA OS PEQUENOS – Substituição da atual Lei Agrícola por um simples diploma legal dirigido aos pequenos agricultores.

COMIDA PARA TODOS – Compra antecipada das safras de alimentos populares como feijão, mandioca, arroz etc.

DINHEIRO BARATO – Garantia de crédito rural com taxas de juros baixas, através dos bancos do governo.

TECNOLOGIA A SERVIÇO DO HOMEM – Criação de programas de assistência técnica, atualização dos conhecimentos científicos do pessoal que trabalha nos órgãos de extensão rural como a Emater. E fixação desse pessoal técnico no próprio assentamento.

GRANA PARA A REFORMA – Prioridade na liberação de dinheiro para os assentamentos a fim de que a liberação desses recursos aconteça ao mesmo tempo da instalação das famílias nas áreas reformadas para que a assistência financeira às famílias e comunidades assentadas cubra todas as suas necessidades.

A UNIÃO É A FORÇA – Utilização das Cooperativas Integrais de Reforma Agrária (CIRAs), previstas no artigo 7 do Estatuto da Terra, para atividades como as de armazenamento, transporte, compra e distribuição de insumos agrícolas, maquinaria etc. Estímulo às explorações associativas e cooperativas.

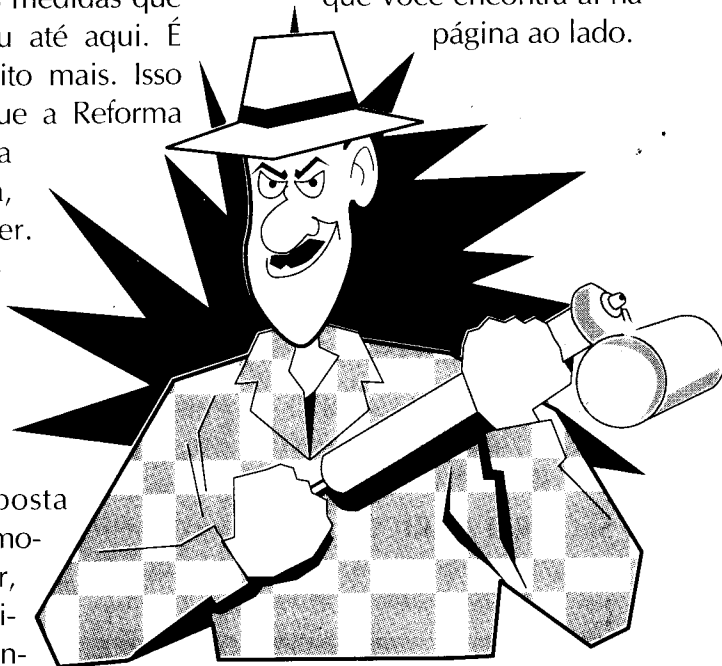
VOZ E VEZ AO CAMPO – Estímulo à criação de associações de assentados com independência de organização, voz e voto nas CIRAs.

SEGURO AGRÍCOLA – Garantia de manutenção da família assentada e pagamento dos compromissos assumidos com a exploração rural.

O FIM DAS Ervas daninhas

O sucesso do programa de Reforma Agrária não depende apenas de todas essas medidas que a gente enumerou até aqui. É preciso mais. Muito mais. Isso não quer dizer que a Reforma Agrária seja uma coisa complicada, difícil de se fazer. Nada disso. É simples. Depende apenas da nossa vontade, da nossa união, da nossa luta. Veja só como uma proposta como a nossa democrática e popular, ainda coloca muitas outras ferramen-

tas a serviço da causa da terra, impedindo picaretagens do tipo que você encontra aí na página ao lado.



INCENTIVOS FISCAIS – É preciso rever todas as mamatas fiscais que estão embutidas nos incentivos dados a órgãos como SUDAM, SUDENE e de reflorestamento, agroindústrias e até turismo.

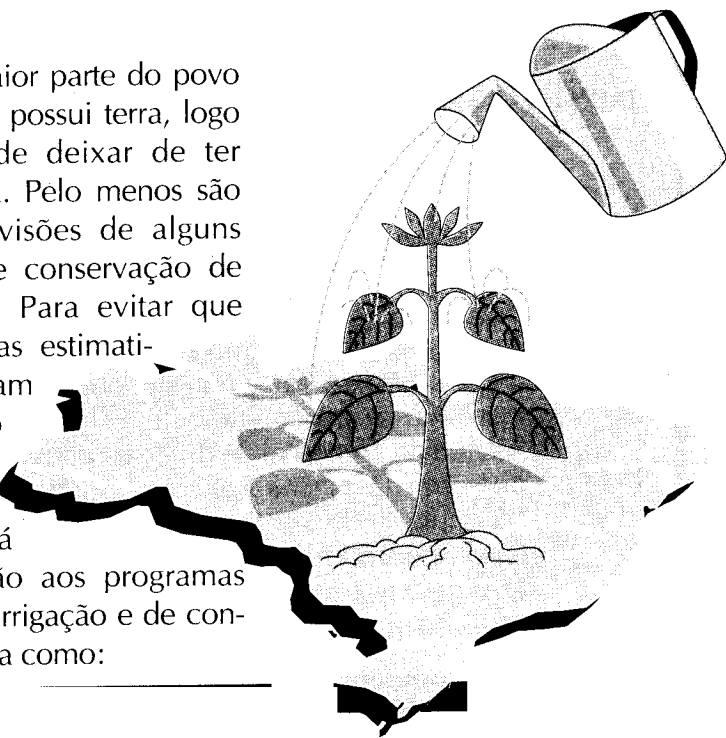
REVISÃO DAS CONCESSÕES DE TERRAS PÚBLICAS – É preciso fazer valer o artigo 51 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição. O artigo obriga a revisão das doações, vendas e concessões de terras públicas com mais de 3 mil hectares, ocorridas entre janeiro de 1962 e dezembro de 1987. Até hoje ninguém fez nada.

PERDA SUMÁRIA – Imediata aplicação do artigo 243 da Constituição, que prevê a perda dos imóveis rurais cultivados com plantas psicotrópicas, como forma de aumentar o estoque de terras destinadas à Reforma Agrária.

IMPOSTO TERRITORIAL RURAL – Aqui, então, é preciso acabar com a bandalheira atual, elevando sua base de cálculo de acordo com o tamanho e a produção da propriedade para pôr fim à burla do valor fiscal da terra nua; eliminar a influência dos donos de terra na determinação do preço do imposto; vincular o dinheiro arrecadado ao Programa de Reforma Agrária, aperfeiçoar a cobrança desse imposto com a aplicação do valor real da terra nua no mercado imobiliário; usar coeficiente de imposto maior para a soma da área total de diversos imóveis registrados no nome da mesma pessoa; e, ainda, conjugar o ITR ao Imposto de Renda, de maneira que o dono de terras improdutivas pague tributos em função da área, região e fertilidade que a propriedade deveria ter se fosse adequadamente cultivada.

IRRIGAÇÃO Só falta fazer chover

Se hoje a maior parte do povo brasileiro não possui terra, logo logo ele pode deixar de ter também água. Pelo menos são essas as previsões de alguns estudiosos de conservação de água e solo. Para evitar que essas sombrias estimativas aconteçam de verdade, o Plano Nacional de Reforma Agrária dá muita atenção aos programas especiais de irrigação e de conservação. Veja como:



Contra a seca, água e justiça

BARRAGENS DAS HIDRELÉTRICAS – a água deve ser usada para diversas finalidades, e não apenas para a geração de energia, como hoje;

MICROBACIAS – os pequenos lagos, riachos etc, que cortam uma ou mais propriedades devem ser utilizados para o conjunto de assentamentos de determinada área. Assim, esses recursos naturais estarão à disposição de todos;

IRRIGAÇÃO PÚBLICA – áreas destinadas à construção de açudes, barragens etc., devem ser preservadas como de propriedade dos governos estadual ou federal. Todas as populações que estiverem nas áreas destinadas a esse projeto devem ser assentadas em outros locais, com a participação de todos na escolha desse novo local;

“INDÚSTRIA DA SECA” – impedir que os “coronéis” do Nordeste desfrutem dos projetos públicos de irrigação para benefício pessoal ou fiquem esperando a valorização de suas terras graças aos investimentos públicos que o governo faz nessas regiões;

INVESTIMENTO DO GOVERNO – não mais se levará em conta apenas os lucros que os programas de irrigação do Nordeste possam gerar, mas também a melhoria das condições de vida da população;

ÁGUA DE GRAÇA – garantir o acesso a toda população à água existente nas terras públicas ou privadas.

SE É URGENTE É pra já!

Ao mesmo tempo em que se der o pontapé inicial da Reforma Agrária, o Governo Paralelo acha indispensável que se coloque em prática um Programa de Emergência. Porque a situação no campo é tão dramática, tão tensa e miserável que não dá para ficar esperando o programa de assentamento sem tomar algumas providências como:

- ★ organizar atendimento de emergência aos acampamentos de sem-terra e aos brasiguaios;

- ★ regularizar os assentamentos já existentes e ainda não oficialmente reconhecidos;

- ★ abrir imediatamente negociações em todas as áreas onde existam ações de despejo contra trabalhadores rurais;

- ★ regularizar imediatamente as terras dos posseiros que estão há mais de cinco anos seguidos em áreas de até 50 hectares;

- ★ assentar em áreas reformadas os posseiros pobres que vivem em reservas indígenas e retirar os posseiros fazendeiros que ocupam essas reservas;

- ★ nomear procuradores do Estado para acompanhar os processos de assassinatos de lideranças rurais;
- ★ criar conselhos regionais de Reforma Agrária com a participação dos trabalhadores rurais;

- ★ cobrar imediatamente o Imposto Territorial Rural dos proprietários em débito;

- ★ decretar as desapropriações já processadas e implantar assentamentos nessas áreas em que o Estado já é o dono da terra, bem como criar novos projetos em áreas desapropriadas que aguardam somente a imissão de posse;

- ★ fazer acordos e convênios com Estados e Municípios, reformulando os já existentes, para o imediato

assentamento de colonos nos projetos implantados ou em fase de implantação.

- ★ subordinar o INCRA ao presidente da República e dotá-lo de Conselho Deliberativo com representação de trabalhadores rurais;

- ★ vincular ao Programa de Reforma Agrária todos os programas

de governo que tenham relação com a terra – Proalcool, Programa Nacional de Construção de Barragens etc.;

- ★ mandar a Polícia Federal apurar rigorosamente todos os crimes ainda não esclarecidos de que foram vítimas as lideranças rurais;



Conflito no campo: só a Reforma Agrária acaba com isso.

★ mandar a Polícia Federal levantar ocorrências de trabalho escravo e propor imediata desapropriação da área em que ocorrer este absurdo;

★ acionar a Polícia Federal para localizar os imóveis rurais que cultivam plantas psicotrópicas e



Foto: Paulo N. Ruppel

O Brasil inteiro vai colher os frutos da Reforma Agrária.

expropriá-las sem indenização;

★ rever toda política de colonização devolvendo ao patrimônio público a áreas de colonização particular que não cumpriram seus objetivos, destinando tais áreas para assentamento de trabalhadores rurais;

★ avaliar todos os projetos agropecuários que tiveram incentivos fiscais para saber se eles estão cumprindo seus objetivos e cancelar todos aqueles que não cumpriram suas metas destinando essas terras à Reforma Agrária;

★ avaliar a Bolsa de Arrendamento de Terras do Banco do Brasil e os programas setoriais do tipo Projeto Nordeste, visando adequá-los ao Programa de Reforma Agrária;

★ regulamentar os processos de arrendamento e parceria introduzindo garantias contra abusos do proprietário e rompimento unilateral;

★ criar uma comissão específica para tratar da violência no campo junto ao Conselho de Defesa dos Direitos Humana-

nos do Ministério da Justiça;

★ impedir a destinação de recursos constitucionais para grandes proprietários rurais evitando a utilização desse dinheiro em projetos concentradores de renda;

★ elaborar um programa de emergência para rever a situação das famílias assentadas na rodovia Transamazônica e em outros pontos isolados da região Norte;

★ exigir o imediato cumprimento de todos os direitos trabalhistas e constitucionais relativos aos trabalhadores do campo;

★ assentar imediatamente as 12 mil famílias de sem-terra que vivem acampadas principalmente à beira de estradas, em 14 Estados brasileiros.